



PRÁTICAS DE ENSINO EM HISTÓRIA: A APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL A PARTIR DOS MATERIAIS DIDÁTICOS DO MAIS EDUCAÇÃO

Luana Maria da Silva Santos¹

Temática abordada: Ensino Fundamental

Identificação da Província e da instituição: Universidade de Pernambuco - UPE

Resumo

Desde a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação, incentivado por discussões acerca de melhorias para a Educação Básica, que se pensou a implantação nas escolas públicas da Educação Integral para um maior aproveitamento do ensino-aprendizagem. Com o intuito de aproveitar esse novo espaço educativo em horário estendido, o Programa Mais Educação surge como apoio a essa iniciativa, trazendo a Educação Patrimonial para a grade curricular da comunidade educativa. É em meio aos novos debates que surgem no tempo presente com a proposta de uma Base Nacional Comum Curricular do Ministério da Educação, que visa sintetizar certos campos, principalmente da História, que as problemáticas sobre os componentes curriculares ganham destaque dentro e fora da vivência acadêmica. Pretendemos analisar a aplicação da Educação Patrimonial nas escolas públicas com base nos materiais didáticos voltados para o Ensino Básico disponibilizados pelo Iphan, com ênfase em Ensino de História, a partir da simplificação do Inventário Nacional de Referências Culturais no Programa Mais Educação. E contribuir para o debate em relação a novas práticas para o Ensino de História, a complementação de sua grade curricular e o despertar do aluno diante do seu sujeito histórico.

Palavras-chave: Ensino de História. Educação Básica. Educação Patrimonial.

Introdução

Esta pesquisa, em desenvolvimento, situa-se na área de Educação e pretende analisar o ensino de História atrelado à Educação Patrimonial, em escolas públicas municipais, a partir dos materiais didáticos construídos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

¹Acadêmica em História pela Universidade de Pernambuco. Pesquisadora na área de Educação, Ensino de História e Educação Patrimonial. E-mail: luanamaria.s@outlook.com. Orientada pela Doutora em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professora adjunta da Universidade de Pernambuco, Magdalena Almeida.

(Iphan), para serem aplicados por meio do Programa Mais Educação. E, com base nisso, compreender os debates atuais em relação à grade curricular de História, sugerindo uma organização e ampliação na forma como os conteúdos podem ser abordados pelo professor em sala de aula.

Em 2007, discussões acerca de um desenvolvimento maior para Educação Básica percorreram o Brasil. Foi pensando em um maior aproveitamento dos estudantes na educação que o Governo Federal, juntamente com a sociedade civil, criou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que, de maneira geral, são as políticas nacionais educacionais tomadas pelo Ministério da Educação no Ensino Público, sendo este composto por Programas direcionados à área. Um dos objetivos do PDE é implantar nas escolas a Educação Integral, visando à ampliação da jornada escolar para um maior desenvolvimento do ensino-aprendizagem. Como suporte a essa proposta, construiu-se o Programa Mais Educação, posto em ação desde o ano de 2013.

O Mais Educação tem como proposta educativa estender o conhecimento para além dos muros da escola a partir da Educação Integral, criando uma percepção acerca da História local. Ele promove a relação entre as políticas públicas educacionais e sociais, reconhecendo a multiplicidade cultural brasileira. Foi pensando nos diferentes contextos culturais que o Iphan, em conjunto com o MEC, adaptou de forma pedagógica o Inventário Nacional de Referenciais Culturais (INRC), que contribui para a identificação dos bens culturais através de pesquisas bibliográficas e de campo, para serem aplicados dentro do Mais Educação, como extensão na Educação Integral, voltado para o patrimônio cultural local. As fichas do inventário possibilitam que o estudante, a partir do seu olhar, colete informações, organize e classifique as referências culturais em qualquer parte do território brasileiro.

A Educação Patrimonial promove o reconhecimento, a proteção e práticas educativas voltadas para o patrimônio cultural em todas as suas categorias. A aplicação da Educação Patrimonial nas escolas envolve muitas áreas do conhecimento que possibilitam ao estudante perceber, dentro do ambiente no qual está inserido, os patrimônios culturais que estão no seu entorno. É nessa perspectiva, de tornar a região em um espaço educativo a partir da interdisciplinaridade entre as matérias, que propomos utilizar esses materiais como uma nova prática para o ensino de História – não somente para essa disciplina, mas o nosso foco tende a ser restrito e, para uma melhor análise, torna-se mais vantajoso escolher uma única matéria nesta pesquisa, especificamente.

Buscamos compreender como é possível trazer, através dos materiais do Mais Educação, novas práticas para o Ensino de História trabalhando com a Educação Patrimonial, e, para isto, o material será aplicado – entendendo a importância da inclusão do ensino da Educação Patrimonial para a identificação da identidade local, evidenciando que o ensino do tema pode criar parâmetros curriculares para a salvaguarda do patrimônio cultural em consonância com as políticas públicas de cada região.

O estudo é norteado, desde os seus primórdios, pelo argumento apresentado pela historiadora Carla Pinsky (2009, p. 9), em sua obra *Novos temas nas aulas de História*: independentemente do método que o docente utilizar, qualquer tema abordado pode ser direcionado para o ensino de História. A autora ressalta que “a História Regional na sala de aula, capaz de provocar rapidamente a identificação do aluno com a História, pode abrir seus olhos para uma participação maior na comunidade” (PINSKY, 2009, p. 8). O ensino de História, em algumas escolas, está limitado apenas como mais uma matéria, e, para que o professor possa ultrapassar as barreiras que bloqueiam o interesse do estudante, é necessário ter como suporte, dentro da sua forma de transmitir o conhecimento desejado, práticas inovadoras como essa.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos que estão sendo utilizados para a obtenção de fontes necessárias, além dos documentos de material primordial, constituirão como auxiliares para esta análise; publicações que de alguma forma possam estar relacionados ao tema e assim contribuir para a pesquisa, como: a) novas práticas para o Ensino de História; b) análise sobre a relação entre patrimônio e educação; c) questionamentos sobre a importância da noção de patrimônio na base escolar e afins.

O nosso campo de pesquisa é a própria sala de aula de história – esta deverá estar inserida em uma instituição escolar pública de caráter Municipal, visando às orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que indicam no que se compreendem por 6º e 9º anos do Ensino Fundamental, um trabalho direcionado para a história local, como prática pedagógica para o ensino de História; sendo os alunos, segundo os parâmetros, capazes de atuar como sujeitos ativos na construção do processo de ensino-aprendizagem mediante a sua localidade. Por enquanto, esta análise não se caracteriza como empírica ou experimento, pois ainda não houve a identificação da instituição educacional. Até o momento, esta pesquisa se encontra em seu estudo teórico. Têm papel fundamental, também, o professor ou a professora,

que colocarão em prática a proposta da aplicação do material didático do Mais Educação, assim como os resultados da aplicação dos formulários. Vivenciada a aplicação e preenchimento dos formulários com os estudantes e o acompanhamento dos respectivos professores, teremos um material que revelará elementos do patrimônio cultural a partir da concepção do nosso objeto.

Este projeto, além do campo do ensino de História, está especificamente inserido nos estudos voltados para a Educação e suas técnicas de ensino acerca da percepção do Patrimônio Cultural. O historiador José d'Assunção Barros (2010) enriquece, com os seus trabalhos na área de metodologia científica, a forma com a qual o pesquisador pode tratar as fontes e metodologias utilizadas no desenvolvimento da pesquisa, dentro do corpus documental. Segundo a doutora em psicologia e história Marina Massimi, é o interesse que aciona e encaminha o historiador na coleta dos documentos (2010, p. 105). E é de nosso interesse observar o desenvolvimento das práticas de ensino desde a contextualização histórica até a sociocultural.

Assim, nosso corpus documental é composto pelo material didático do Programa Mais Educação, disponibilizado pelo Iphan ao público da modalidade Educação Básica, dividido em três documentos: 1) Educação patrimonial no Programa Mais Educação - Fascículo 1; 2) Educação patrimonial no Programa Mais Educação - Manual de Aplicação; e 3) Educação patrimonial no Programa Mais Educação - Fichas do inventário. As fontes básicas deste projeto organizam-se como inventário simplificado baseado nos métodos que o Iphan estabelece para detectar e assinalar o Patrimônio Cultural Brasileiro, produzidos pela própria instituição. Esse material elaborado para o Programa Mais Educação, destinado ao público de nível Básico, seja em sua forma virtual e/ou física, dispõe de um manual de aplicação que auxilia o docente no processo educativo.

Este trabalho se apodera de dois tipos de metodologias: *a análise documental*, que tem como base a fonte escrita no processo de investigação – em que nos situamos –, na qual os materiais passam por um procedimento de identificação da sua natureza, de organização das fontes e de sistematização das mesmas para o esclarecimento do seu sentido a partir da sua lógica interna (ALMEIDA, 2009, p. 10-13). Neste projeto, a documentação consiste nos formulários do Mais Educação, sinalizados anteriormente, devidamente preenchidos pela população objeto da pesquisa, combinada com a *observação participante*, em que há uma interação entre o pesquisador e os indivíduos observados. Quando formos partir para o elemento empírico, que se tratará de uma pesquisa qualitativa, este pressupõe, dentro da perspectiva

educacional, segundo autores Ludke e André (1986), uma experiência direta do observador com o ponto de vista dos indivíduos. A partir daí, será feita a escolha de uma escola pública (que se enquadre dentro das características indicadas posteriormente) para a aplicação do projeto, tendo a sala de aula como objeto de observação, interagindo com a comunidade escolar e analisando os resultados através das anotações de campo.

A compreensão histórico-pedagógica das referências culturais a partir do Programa Mais Educação está baseada, a priori, em uma forma de concepção estratégica para a ampliação e organização curricular e escolar, e não na eliminação de certas áreas da História, como propõe a elaboração da Base Nacional Comum Curricular – o objetivo é complementar e auxiliar o ensino de História e as práticas do docente. O que nos interessa é a estrutura desses materiais que estão construídos visando à necessidade de o professor entender como deve ser aplicada este tipo de atividade, e de os estudantes não se aterem aos muros da escola, entendendo que a comunidade local e os bens culturais podem ser educadores em potencial.

Discussão teórica

Para chegarmos aos procedimentos que estão sendo adotados ao longo deste trabalho, para cumprimento das atividades ora propostas, é necessária uma breve reflexão sobre alguns conceitos estruturadores da ideia. A História Local é compreendida como uma história que trata de uma determinada comunidade, região, município, cidade, considerando as suas particularidades e diversidades, contribuindo, assim, para a formação de uma identidade local (SCHMIDT; CAINELLI, 2006). Articulada ao ensino de História para a produção de conhecimento acerca do passado através da noção de patrimônio cultural, como coloca os materiais do Programa Mais Educação (IPHAN, 2013, p. 13), são todas “as manifestações, realizações e representações de um povo. Faz parte de nosso cotidiano, forma as identidades e determina os valores de uma sociedade”.

Os autores que esta pesquisa toma como base teórica são vários. Quatro deles serão considerados de forma singular: Carla Pinsky, Marcos Napolitano, Mércia Medeiros e Leandro Surya. A primeira autora suplanta questões relacionadas à inovação do Ensino de História, com a proposta de inserir novos temas dentro da grade curricular desta matéria; Napolitano traz uma importante discussão sobre o conceito de cultura e a inserção desta na instituição escolar; e, finalmente, os dois últimos autores dão ênfase na significativa contribuição que a Educação Patrimonial traz para uma consciência da preservação do patrimônio. Sobre as experiências

culturais, Napolitano (2009, p. 74) apresenta relevantes referências, uma delas expressa na seguinte citação: “o incentivo à cultura, em todos os seus matizes e definições, é um caminho importante [...] de fato, as experiências culturais, dentro e fora da escola, complementam e interagem com a formação escolar”. Sendo possível identificar nesse fragmento do texto uma linha de pensamento que defende que, independentemente dos diferentes sentidos com que a palavra pode ser empregada, esta colabora de forma significativa para o desenvolvimento educacional dos discentes, tendo em vista que dentro da própria base cultural da sociedade a prática escolar já se encontra inserida.

Os debates trazidos no capítulo de Marcos Napolitano vão além das definições de cultura; passam pela questão cultural dentro do campo das Ciências Humanas, aplicada na formação escolar, principalmente direcionada ao âmbito histórico, que é um dos pontos evidenciados nesta pesquisa. Podemos levar em conta o Estudo Cultural voltado para o Ensino de História para analisarmos as classificações de poder que foram estabelecidas ao longo do tempo, através de um conceito eurocêntrico de cultura “superior” e “inferior”. Pode-se, também, trabalhar a resistência, a identidade de um povo, a memória, alteridade, a herança cultural e a preservação destes. Ainda complementa: “a tradição cultural, a vanguarda e as culturas populares devem ser percebidas, apreciadas e estudadas dentro de seus contextos históricos e sociais” (NAPOLITANO, 2009, p. 84-85). O autor menciona que o docente em sala de aula deve trabalhar o patrimônio, seja ele material ou imaterial, mostrando que, mesmo aquilo que parece aos educandos algo velho e aos pedaços, na verdade é algo muito mais vivo, e que pode fornecer muitas informações.

Ainda dentro do âmbito educacional, Mércia e Leandro trazem uma relevante reflexão, a partir da aplicação da Educação Patrimonial para a salvaguarda do patrimônio. Eles citam uma falta de conscientização das comunidades a respeito de suas heranças culturais, e o quanto estas são de suma importância. A Educação Patrimonial chega como um auxílio, quiçá um instrumento de caráter fundamental para se tentar curar este déficit, como podemos ver na seguinte citação (MEDEIROS; SURYA, 2009, p. 7): “instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita o indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. Com base nisso, conseguimos identificar dois pontos em relação à Educação Patrimonial: o primeiro é que, quando ela é não aplicada, é mais difícil ter o auxílio da comunidade para a salvaguarda dos bens, visto que esta muitas vezes desconhece e não tem noção da significância destes. O

outro é que, se aplicada, a partir do reconhecimento da sociedade torna-se possível trabalhar com políticas para a preservação.

Neste ponto, entra o papel fundamental de Carla Pinsky para este trabalho. Qual o porquê de não se trabalhar a Educação Patrimonial em sala de aula se isso é algo tão fundamental para a nossa sociedade e podemos atrelá-la ao Ensino de História? A própria autora nos fala de uma história que se limitava apenas aos fatos e aos grandes personagens, e que já está ultrapassada; em seu lugar, encontramos uma história sociocultural (2009, p. 7). É uma nova proposta para o ensino de História, sem contar com a grande preocupação que o livro carrega sobre este ensino. Essa visão e tais questões trazidas por esses autores nos auxiliam na problematização da aplicação da Educação Patrimonial. As realidades das comunidades educativas e as experiências que a inserção dessa temática à grade curricular de História pode proporcionar são importantes para a construção social da identidade de determinada população e para o reconhecimento e preservação do patrimônio cultural, que ainda vive à margem, por vezes como algo antiquado e sem finalidade.

Conclusões parciais da pesquisa

Tento em vista os aspectos apresentados, partindo de uma análise sistemática dos materiais, mesmo sem antes chegarmos à sua observação/aplicação em sala de aula, percebemos que estes trazem uma significativa contribuição para a articulação do ensino de História com as Políticas Públicas de Cultura de cada região. Primeiro porque contemplam leis da sociedade civil, em relação às bases da educação, cultura e, principalmente, dos patrimônios culturais. Segundo porque, dentro desses materiais, existe um em especial que, antes de ser inserido no Programa Mais Educação, restringia-se aos especialistas que identificam e reconhecem o patrimônio cultural do Brasil: o inventário. Mesmo que de forma simplificada, foi elaborado para que os alunos pudessem ter acesso a ele e permitisse que, ao mesmo tempo em que compreendessem, organizassem e reunissem informações sobre o patrimônio cultural de sua comunidade, seja ele material ou imaterial, atuando de forma mais efetiva dentro do seu espaço. Enquanto ao manual destinado ao docente é uma forma de preparar não só o professor, mas toda a comunidade educativa para o repasse da informação. O Iphan/MinC propõe não apenas que as escolas adotem a Educação Patrimonial em seu currículo, mas também prevê a necessidade de profissionais capacitados para tal. É algo novo não somente para os educandos como também para toda a instituição educacional.

As problemáticas de aplicação dos materiais estão ligadas à sua limitação e atuação dentro das comunidades educativas, mesmo que este projeto tenha sido pensando como uma deixa para a Educação Integral de forma geral. Somente as instituições que são beneficiadas pelo Programa Mais Educação tiveram, até então, a oportunidade de inserir em sua grade curricular a Educação Patrimonial, pois dentro dos próprios materiais é explícita a necessidade de recursos financeiros, normalmente patrocinados pelo Governo, para a realização de tal. Um obstáculo a ser ultrapassado. Isso fomenta mais ainda as discussões em relação à grade curricular de História, principalmente quando tratamos de uma Base Nacional Comum Curricular sendo mais evidenciada, tanto em relação à questão dos materiais quanto às discussões sobre novas práticas para o Ensino de História e a compreensão do papel do INRC através do Mais Educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magdalena. Patrimônio como prática educativa. In: GOLDFARB, Maurício; FREITAS, Vera Lúcia Chalegre (Orgs.). **Educação e ciências: diálogos interdisciplinares**. Recife: EDUPE, 2009. p.201-216.

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe; SÁ-SILVA, Jackson Ronie. Pesquisa Documental: Pistas Teóricas e Metodológicas. In: **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, n. 1, 2009. p. 1-15.

BARROS, José d'Assunção. **O projeto de pesquisa em história**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MASSIMI, Marina. **Métodos de Investigação em História da Psicologia: psicologia em Pesquisa**. Minas Gerais: UFJF, 2010. p. 100-108.

MEDEIROS, Mércia Carrera de; SURYA, Leandro. A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009. **Anais Anpuh**. Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 1412-1420. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/ANPUH.S25.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

NAPOLITANO, Marcos. Cultura. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 73-93.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 7-12.

SCHMIDT, Maria auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2006.